

EMBARGADO: É proibida a transmissão eletrônica, inclusão em sites de internet ou qualquer outra via de comunicação até 00:01 UTC/GMT (Horário de Londres), Terça-feira, dia 13 de Setembro de 2005 (equivalente à 20:01 horário de Nove Iorque, Segunda-feira, dia 12 de Setembro de 2005).

Doing Business em 2006: As economias Latino-americanas e Caribenhas Aceleram o Ritmo das Reformas

Washington, D.C., 13 de setembro de 2005 – As economias latino-americanas e caribenhas estão aumentando o ritmo das reformas para ajudar as pequenas e médias empresas a gerar mais empregos, mas os pesados ônus legais sobre os negócios permanecem na maioria dos países da região, de acordo com um novo relatório do Banco Mundial.

Doing Business em 2006: Criando Empregos, co-patrocinado pelo Banco Mundial e pela Corporação Financeira Internacional, o braço do setor privado no Banco Mundial – publicado no Brasil pela Editora Nobel –, constata que as reformas, apesar de freqüentemente serem simples, podem criar muitos novos empregos.

"A prioridade de cada país tem que ser emprego, especialmente nos países mais pobres. Desenvolver e melhorar as regulamentações e auxiliar os empreendedores são essenciais para a criação de novos empregos – e para o crescimento da economia. Também é o ponto de partida para o combate à pobreza. Mulheres, que constituem quase setenta e cinco por cento da força laboral em alguns países em desenvolvimento, serão as grandes beneficiadas. Conjuntamente, esse melhoramento ajudará os jovens que estão a procura de seu primeiro emprego. A vasta lista dos países que reformaram no ano passado – desde a Sérvia e Montenegro à Ruanda – está mostrando o caminho para frente. Todos nós podemos aprender das experiências destes países," disse Paul Wolfowitz, Presidente do Banco Mundial.

O relatório anual, que pela primeira vez oferece uma classificação global de 155 economias com respeito a regulamentos sobre negócios e reformas, constata que os países latino-americanos e caribenhos foram os terceiros reformadores mais rápidos no ano passado, ficando atrás dos países da Europa do Leste e da OCDE, os quais estão cortejando agressivamente os empresários com reformas de longo alcance que simplificam os regulamentos e impostos sobre negócios.

O relatório acompanha um conjunto de indicadores relacionados à abertura de empresas, operação, comércio, pagamento de impostos e fechamento de empresas medindo o prazo e os custos associados a várias exigências governamentais. Ele não acompanha variáveis como política macroeconômica, qualidade da infra-estrutura, volatilidade cambial, percepções de investidores ou taxas de criminalidade.

Na América Latina e no Caribe, três quartos dos países realizaram reformas em pelo menos uma das 10 áreas acompanhadas por *Doing Business*. A maior parte das melhorias para o ambiente de negócios ocorreu na Jamaica, no Brasil, no Equador e em El Salvador. Os principais obstáculos restantes na região são os tribunais, lentos e burocráticos, e os impostos elevados e complexos.

Por exemplo, uma empresa na Venezuela faz 64 pagamentos distintos de impostos por ano e gasta mais de 800 horas para cumprir todas as exigências fiscais.

Outras reformas notáveis realizadas em países da América Latina e do Caribe no ano passado:

- A nova lei de falências no Brasil reduziu à metade, de 10 para 5 anos, a duração média de um processo de falência. A adesão a contratos melhorou com a introdução de limites de tempo para os recursos e a possibilidade de apresentação oral de evidências ao tribunal e não apenas por escrito.
- Em El Salvador, a nova "Lei de Procedimentos Uniformes" simplificou as solicitações no cartório de empresas. O processo para abertura de uma nova empresa ficou 75 dias mais curto.
- Honduras cortou pela metade as taxas de registro de empresas e reduziu os custos de registro de imóveis.
- O Equador aboliu determinados impostos para registro de imóveis, simplificando os procedimentos e cortando o custo de registro. O prazo para a abertura de uma empresa também foi reduzido em um quarto.
- A Jamaica introduziu uma nova lei de empresas e simplificou a seguridade social e o registro fiscal. O prazo para a abertura de uma nova empresa foi reduzido em 22 dias. A Bolívia cortou 2 semanas do prazo de abertura.
- A República Dominicana fixou limites de prazo para o registro de imóveis e reduziu os impostos de 4% para 3% do valor do imóvel.
- O México reduziu os impostos sobre empresas – de 33% para 30% – com outros cortes anunciados para os próximos 2 anos.
- Nicarágua e Uruguai introduziram novas leis para apoiar a distribuição de informações de crédito, facilitando para os investidores a avaliação dos candidatos a tomadores de empréstimos.
- Colômbia, Guatemala e Peru fixaram prazos-limite menores para a passagem pela alfândega. A Colômbia reduziu o prazo-limite de 5 para 2, a Guatemala de 4 para 2 e o Peru de 6 para 2. O Panamá automatizou o pagamento de impostos sobre transações.

De modo geral, as nações europeias foram as mais ativas na promoção de reformas. As 12 maiores reformadoras no último ano foram, pela ordem, Sérvia e Montenegro, Geórgia, Vietnã, Eslováquia, Alemanha, Egito, Finlândia, Romênia, Letônia, Paquistão, Ruanda e Holanda.

Doing Business em 2006 atualiza o trabalho do relatório do ano passado em sete conjuntos de indicadores do ambiente de negócios: abertura de empresas, contratação e demissão de funcionários, adesão a contratos, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção de investidores e fechamento de empresas. O relatório amplia a pesquisa para 155 países e acrescenta três novos indicadores: lidando com alvará de funcionamento, praticando comércio internacional e pagando impostos.

Os novos indicadores no relatório deste ano reforçam ainda mais a grande necessidade de reformas, especialmente em países pobres. O relatório constata que os países pobres cobram os mais altos impostos do mundo sobre empresas. Esses altos impostos criam incentivos à evasão, levando muitas empresas para a economia informal, e não se traduzem em receitas mais altas. Por exemplo, no Uruguai vários impostos sobre empresas são tão elevados que uma evasão a 20% deles poderia aumentar o lucro bruto de uma empresa em até 80%.

A análise também mostra que a reforma dos custos administrativos do comércio pode remover importantes obstáculos às exportações e importações. Contrariamente à crença popular, a papelada da alfândega e outras rotinas burocráticas (frequentemente chamadas de “infra-estrutura intangível”) causa a maior parte dos atrasos para as firmas exportadoras e importadoras. Menos de um quarto dos atrasos são causados por problemas de “infra-estrutura tangível” como portos ou estradas precárias. Em Honduras, por exemplo, os importadores precisam apresentar 15 documentos e obter 21 assinaturas do momento em que seus bens chegam ao porto até que eles cheguem à fábrica. Para os fabricantes em países em desenvolvimento, os ônus administrativos do comércio podem representar custos maiores que as tarifas e cotas.

Este relatório, publicado anualmente, dá aos responsáveis por políticas a possibilidade de medir seu desempenho regulador em relação a outros países, aprender com as melhores práticas globais e definir prioridades das reformas. Agora em seu terceiro ano, o relatório já tem impacto sobre as reformas no ambiente de negócios em todo o mundo.

“As comparações de *Doing Business* inspiraram e incentivam reformas em mais de 20 países e, desde o ano passado, nove governos pediram que seus países fossem incluídos na análise *Doing Business*,” disse Caralee McLiesh, uma das autoras do relatório.

As 30 melhores economias do mundo em termos dos índices de facilidade para fazer negócios do relatório são, pela ordem, Nova Zelândia, Cingapura, Estados Unidos, Canadá, Noruega, Austrália, Hong Kong/China, Dinamarca, Reino Unido, Japão, Irlanda, Islândia, Finlândia, Suécia, Lituânia, Estônia, Suíça, Bélgica, Alemanha, Tailândia, Malásia, Porto Rico, Maurício, Holanda, Chile, Letônia, Coreia, África do Sul, Israel e Espanha.

Embora o Chile seja o único país latino-americano a chegar à lista dos 30 melhores, a Jamaica também conseguiu uma alta classificação, com o 43º lugar. Haiti (134º) e Venezuela (120º) têm as mais baixas classificações da região.

Todos os melhores países regulam os negócios, mas o fazem de maneiras menos onerosas. Os países nórdicos, os quais estão todos na lista dos 30 melhores, não regulamentam menos. Em vez disso, eles têm regulamentos simples que permitem que as empresas sejam produtivas e concentrem a intervenção onde ela é importante – proteger direitos de propriedade e prover serviços sociais.

Nos países nórdicos, apenas 8% da atividade econômica ocorrem em empresas não registradas (setor informal). A razão é que os regulamentos são simples de cumprir e as empresas recebem excelentes serviços públicos em troca dos impostos que pagam. Por exemplo, a Dinamarca tem a melhor infra-estrutura comercial do mundo. A Noruega está em primeiro lugar nos indicadores de desenvolvimento humano, com a Suécia logo a seguir.

“Nos países nórdicos, assim como nos outros países da lista dos 30 melhores, os responsáveis pelas reformas não precisam escolher entre tornar fácil fazer negócios e prover proteção social. Eles podem ter as duas coisas,” disse Simeon Djankov, um dos autores do relatório.

O projeto *Doing Business* se baseia nos esforços de mais de 3.500 especialistas locais – consultores de empresas, advogados, contadores, representantes de governos e acadêmicos de atuação destacada em todo o mundo, os quais forneceram suporte metodológico e análise. Os dados, a metodologia e os nomes dos colaboradores estão online à disposição do público.

Centro de Informações Online à Imprensa:



Os jornalistas podem acessar os materiais antes do fim do embargo através do Centro de Informações Online à Imprensa do Banco Mundial em: <http://media.worldbank.org/secure/>.

Os jornalistas credenciados que já não tenham uma senha podem solicitá-la preenchendo o formulário de registro em: <http://media.worldbank.org/>

O relatório do ano passado, *Doing Business em 2005*, além de outras informações, está disponível em: <http://www.doingbusiness.org>

Para mais informações sobre *Doing Business in 2006*, por favor contate:

Nadine Ghannam (202) 458-0482

Celular: (917) 517 0795 E-mail: nsghannam@ifc.org

Ou: Adriana Gomez (202) 458 5204

Celular: (202)294 4698, E-mail: agomez@ifc.org